

# 22<sup>o</sup> CONCURSO DE REDAÇÃO

*estas vastas letras  
selva  
Certas  
para ler  
Palavras  
leia para ver  
ressalta para ser.*

# Expediente

## **Diretores**

Adriano Pratti Pissarra  
Armando Chafick A. Kamel Filho  
Fabrício Henrique S. Silva  
Jociel Moreira Hemerly  
Jony Jones M. e Mota  
Marcos Augusto Martins Cardoso  
Nelson Adam Czartoryski Gonçalves  
Ricardo Gonçalves de Assis  
Sílvio Pantaleão

## **Coordenação**

Renan Andrade

## **Diagramação**

Elias Severiano de Oliveira  
Linólia Ramos Resende

## **Redação**

R. Desemb. Vicente Caetano, 116  
Mata da Praia - Vitória - E.S.  
Tel.: (27) 3212-5000

## **Editado por**

Centro de Ensino Charles Darwin  
CNPJ: 36.049.104/0001-38  
Tiragem: 100 exemplares

CENTRO DE ENSINO CHARLES DARWIN

# Coletânea de Redações

Vencedores do 22º Concurso de Redação

Certas Palavras

Nível III (1ª série), Nível IV (2ª série) e Nível V (3ª série e Pré-Vest.)

COMENTÁRIOS:

Prof. Renan Andrade

Observação: as redações dos alunos foram transcritas na íntegra para que seja respeitado o processo de escrita em que se encontram tais estudantes. Alguns desvios linguísticos podem ser percebidos, porém isso não desmerece o texto por eles construído.



Outubro de 2023





## ***Professor Renan Andrade***

Professor de Produção de Texto da 3ª série e de Pré-vestibular nas unidades Darwin de Jardim da Penha e de Vila Velha. Graduado e pós-graduado em Letras-Português pela Universidade Federal do Espírito Santo, leciona desde 2007, com foco em redação e literatura brasileira. Poeta, publicou os livros "Cenho" (2008) e "Poemas riscados" (2016).

Os textos do 22º Concurso Certas Palavras encantam pela maturidade e, sobretudo, pela diversidade de repertórios socioculturais. Em tempos em que a cultura não é vista como prioridade por muitas pessoas, é um alento notar que, entre nossos alunos, há um gesto de resistência, um caminhar na contramão, evidenciado, nesse trabalho, por tantas menções proveitosas a filmes, séries, livros, filósofos, sociólogos.

Redação é um ponto de encontro, um gargalo, em que competências, construídas, ou não, ao longo de uma vida dentro e fora da escola, são exigidas. Nesse sentido, há nessas composições a certeza de um excelente trabalho em conjunto, entre escola, alunos e famílias.

Um salve a essas mãos talentosas!

# Conheça os vencedores

## Nível III

1º lugar



Autora: **Marina Abreu Vilela**  
Série/Unidade: 1ª série B – Vitória

2º lugar



Autora: **Esther Tonani Vieira**  
Série/Unidade: 1ª série K – Vitória

3º lugar



Autora: **Naila Patias Ferreira**  
Série/Unidade: 1ª série K – Vila Velha

4º lugar



Autora: **Ana Clara Alvarenga Pinto**  
Série/Unidade: 1ª série K – Vila Velha

5º lugar



Autora: **Valentina Castro Boldt Pagiola**  
Série/Unidade: 1ª série K – Vila Velha

## Nível IV

1º lugar



Autora: **Luiza Izaita Pinto Sava**  
Série/Unidade: 2ª série A – Vitória

2º lugar



Autora: **Manuela Borgo Martinelli**  
Série/Unidade: 2ª série K – Vitória

3º lugar



Autora: **Letícia Campiteli Costa de Souza**  
Série/Unidade: 2ª série L – Vila Velha

4º lugar



Autor: **Bruno Sodré Simão**  
Série/Unidade: 2ª série C – Vitória

5º lugar



Autora: **Isabela Bárbara Santos**  
Série/Unidade: 2ª série K – Vila Velha

# Conheça os vencedores

<b>Nível V</b>	
<b>1º lugar</b>	 <p>Autor: <b>João Paulo Bravo Colonnese</b> Série/Unidade: 3ª série I1 – Vitória</p>
<b>2º lugar</b>	 <p>Autor: <b>Gabriel Vieira Caetano Jadjisky</b> Série/Unidade: 3ª série M1 – Vitória</p>
<b>3º lugar</b>	 <p>Autora: <b>Natália Portinho Miguel</b> Série/Unidade: 3ª série M1 – Vila Velha</p>
<b>4º lugar</b>	 <p>Autor: <b>Vitor Borgo Rodrigues</b> Série/Unidade: 3ª série V2 – Vitória</p>
<b>5º lugar</b>	 <p>Autora: <b>Daniela Souza Pimentel</b> Série/Unidade: 3ª série V2 – Vitória</p>



## Primeiro Lugar - Nível III

Aluna: **Marina Abreu Vilela**

Unidade: **Vitória**

Série e Turma: **1ª série B**

Segundo a Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, da família e da sociedade garantir os direitos básicos fundamentais às crianças e aos adolescentes de todo o país, como o direito à educação e à segurança. Em contrapartida, hodiernamente, tal prerrogativa não é assegurada no Brasil, visto que a cultura da violência torna-se presente em várias escolas, afetando o cotidiano de alunos, professores e funcionários. Isso ocorre, pois, o convívio em um ambiente familiar agressivo influencia o comportamento dos alunos na sala de aula. Em adição, há negligência governamental em relação à problemática.

Deve-se pontuar, de início, que um cenário agressivo em casa influencia as atitudes desrespeitosas de muitos estudantes. Sob essa ótica, John Locke assemelha o homem a uma tela em branco, que é preenchida por vivência e experiências, nesse viés, o ambiente familiar atua como protagonista no desenvolvimento dos indivíduos, bem como na formação de seu caráter e de seus valores, de modo que jovens que vivem em um lar violento, tendem a manifestar comportamento semelhantes aos vivenciados anteriormente na escola, exemplificando no caso do massacre de Suzano, em que um antigo aluno cometeu um crime armando no ambiente escolar. Assim, o respeito entre a família é crucial para uma boa postura da criança ou do adolescente.

Ademais, há a ausência de um Estado ativo na resolução do entrave. Nesse contexto, o filósofo Bauman aponta que uma instituição que age de forma a ignorar sua função original é considerada "zumbi". Desse modo, tal conceito caracteriza o governo brasileiro, o qual não investe na melhoria da estrutura do ensino público de forma adequada, o que faz com que não haja um ambiente agradável e completo para os alunos e, por conseguinte, não estimula o respeito e a participação ativa dos estudantes, resultando em conflitos, mesmo que, segundo O Instituto Sou da Paz, nos últimos 4 anos, casos de violência nas escolas tenham deixado 3 vítimas, em média, feridas ou assassinadas. Logo, nota-se a necessidade de que medidas sejam tomadas.

Portanto, conclui-se que é essencial a concentração de esforços para reverter o quadro em questão. Dessa forma, o Ministério da Educação – órgão responsável pela administração do ensino no Brasil – deve adotar medidas para melhorar a estrutura do ensino público, por meio de reformas nas escolas, melhoria do material didático e oferecimento de cursos preparatórios para professores e funcionários, a fim de transmitir um processo educativo de reflexão e participação ativa de alunos, criando um ambiente escolar respeitoso e eficaz. Com essas ações, espera-se que os direitos da Constituição Federal sejam garantidos a todos no Brasil.

O texto de Marina encanta pela estrutura sintática bem articulada, com amplo uso de recursos coesivos e repertório sociocultural proveitoso. Para discutir a problemática da violência escolar, recorre a teses clássicas: falha no processo educacional familiar e negligência do Estado. Como sustentação teórica, cita a Constituição de 1988, Locke e Bauman. É o que podemos chamar de texto eficiente e objetivo.



## Segundo Lugar - Nível III

Aluna: **Esther Tonani Vieira**

Unidade: **Vitória**

Série e Turma: **1ª série K**

Uma Instituição de ensino no estado do Colorado, Estados Unidos, foi, infelizmente alvo de uma das maiores chacinas escolares da história contemporânea: O massacre de Columbine que deixou diversos mortos, desde de educando até professores. Paralelamente no Brasil atual, há a difusão da violência escolar em suas diversas faces, propagadas pela normalização de atitudes pautadas pela agressividade no ambiente estudantil. Nesse viés, tona-se imprescindível compreender a cultura da violência no espectro social, bem como a omissão estatal como agravantes do problema.

Diante desse cenário, é evidente que a naturalização da conflituosidade como aspecto social opera de encontro à desconstrução da conjuntura vigente de perversidade no âmbito escolar. À luz disso, a teórica política Hannah Arendt desenvolveu em sua obra "Eichmann em Jerusalém" – o conceito de banalização do mal, sob o qual afirma que a formalização da violência se dá pela falta de reflexão acerca dos atos por trás dela, que pela banalidade se faz parte do convívio social. Dessa forma, entende-se, que uma vez que há a ausência de instrução adequada sobre respeito e alteridade no imaginário popular, o predomínio de ações insalubres no contexto social reflete na construção de uma cultura de hostilidade, presente, também nas escolas. Assim, vê-se que, enquanto perpetuar tal situação, se dificultará o combate à problemática.

Além disso, vale ressaltar a inoperância governamental como alavanca do problema exposto. Diante disso, Aristóteles – expoente filósofo greco – estabelece no Estado o encargo de asseverar o regozijo social. Sob esse prisma, o governo brasileiro encontra-se oposto a esse asserto, visto que a presença de uma cultura hostil que promove a ascensão de conflitos e banalidades nos educandários do país evidenciam a escassez do Estado em garantir o bem-estar como proposto por Aristóteles. Desse modo, compreende-se que, a fim de sanar tal realidade, há de se desconstruir a ineficácia estatal.

Portanto, nota –se a urgência de medida para mitigar esse panorama. Cabe, então, ao Ministério da Educação, em parceria com as Secretarias Estaduais, desenvolver projetos pedagógicos que vão expor os alunos a práticas e propagar o respeito, por meio de gincanas lúdicas, objetivando o trabalho em equipe e ensinamentos sobre diversidade em aulas teóricas. Fica a cargo, também Do Governo Federal - em sua esfera executiva – instituir sistema de monitoramento nos centros de ensino, como ampliação da tecnologia, como câmeras especializadas, e o contrato de profissionais capacitados para vigilância, a partir de investimentos e verbas governamentais. Dessa forma espera –se reverter o quadro em questão, de modo que episódios como ocorrido em Columbine não torne-se realidade nas escolas brasileiras.

## Comentário do Professor

Para abrir seu texto, Esther faz referência direta à tragédia de Columbine, nos EUA, e se propõe a analisar a violência escolar à luz de duas teses clássicas: aspecto social e omissão estatal. Recorre, ainda, aos flexíveis conceitos de "banalidade do mal", de Hannah Arendt, e bem-estar social, de Aristóteles. Texto eficaz, sem lacunas argumentativas e grandes desvios gramaticais, preza pela eficiente organização.



### **Terceiro Lugar - Nível III**

**Aluna: Naila Patias Ferreira**

**Unidade: Vila Velha**

**Série e Turma: 1ª série K**

Segundo o educador Paulo Freire, enquanto a educação não for libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor. Nesse sentido, a fala do pensador se mostra coerente com o cenário atual no Brasil, tendo em vista o aumento da violência nas escolas brasileiras, seja na forma de violência simbólica ou na forma de agressão física. Sob esse viés, a cultura de violência nas instituições de ensino do país tem a banalização do mal e a negligência estatal dentre os desafios para o seu combate.

No contexto dessa discussão, é essencial frisar a parcela de culpa da sociedade na persistência do problema. Sob esse prisma, vale refletir a respeito da teoria da banalização do mal, elaborada pela filósofa política Hannah Arendt, a qual aponta que a violência é tão presente no meio dos seres humanos a ponto de ser percebida e tratada como algo normal. Assim, embora seja uma prática danosa à dignidade e à integridade física e psicológica de quem sofre, a violência é perpetuada por que uma parcela exorbitante da população é indiferente à necessidade de ações para findá-la. Desse modo, a normalização da problemática, bem como a falta de represália por parte do corpo docente e da administração das escolas aos casos de violência e no ambiente escolar (como por exemplo, o bullying), contribuem para a manutenção de uma cultura violenta.

Ademais, é fulcral que o Estado tome medidas para conter os fatores responsáveis pela disseminação da mentalidade de violência. De acordo com a Constituição Federal de 1988 tanto a educação quanto a segurança são direitos de todo cidadão, porém a violência no espaço escolar apresenta obstáculos para a concretização de ambos os direitos. Dessa forma a cultura da violência é mais propagada por causa da ineficácia do governo em garantir acesso a tratamentos para saúde mental de qualidade e coibir a incitação de violência, por exemplo em redes sociais. Por isso, como mostra um levantamento do Instituto Sou da Paz, o número de atentados em escolas aumentou, sendo, nos últimos 4 anos, o mesmo número de 8 anos anteriores.

Portanto, cabe ao governo fiscalizar e punir devidamente a incitação de violência pessoalmente ou na mídia, a partir do direcionamento de mais funcionários públicos para cumprir tais funções, a fim de mudar o quadro da questão. Além disso, cabe à administração das escolas, especialmente à orientação educacional, promover a conscientização sobre malefícios da violência, por meio de palestras, para sanar o problema da cultura violenta nas escolas.

## Comentário do Professor

Em seu texto, Naila debate, pautada, respectivamente, em Hannah Arendt e na Constituição de 1988, a problemática da violência escolar sob o viés da banalização da prática e da omissão estatal no combate ao problema. Chama a atenção, ainda, a referência introdutória ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Trata-se de uma redação de boa escolha de repertório e elementos estruturais.



## Quarto Lugar - Nível III

Aluna: **Ana Clara Alvarenga Pinto**

Unidade: **Vila Velha**

Série e Turma: **1ª série K**

A famosa obra “Extraordinário” retrata a história de August, menino cujo rosto é deformado por causa de diversas cirurgias necessárias para sua sobrevivência, no ambiente escolar, no qual ele enfrenta diversos desafios, como o bullying. Nesse contexto para além da ficção, a cultura da violência nas escolas brasileiras ainda é um desafio a ser sanado na sociedade contemporânea. Desse modo, nota-se a importância de levantar debates sobre ações violentas contra o patrimônio da escola, bem como contra os alunos.

Diante desse cenário, é preciso reconhecer como o ensino autoritário inviabiliza o combate a essa problemática, uma vez que gera alunos desinteressados e voltados com a escola. Sob esse viés, destaca-se a concepção do filósofo polonês Baumam, o qual afirma que uma instituição pode ser considerada “Zumbi” quando não cumpre com sua função original. Assim, as escolas brasileiras são análogas a esse conceito, visto que não transmite um processo de educação para a participação ativa dos alunos, criando um sentimento de ódio pela instituição, como se pode notar pelos crescentes ataques a tiros em escolas. Dessa forma, denota-se a necessidade de mudança de postura em relação ao ensino.

Ademais, nota-se também, há violência entre os alunos, com principal razão o Bullying, o qual cria uma vítima insegura e com saúde mental fragilizada. Sob essa ótica, o celebre educador brasileiro Milton Santos, formulou um conceito chamado “forças de alienação”; ao afirmar que o ser humano tende a reconhecer diferenças entre si em detrimento das semelhanças. Nesse panorama, os estudantes praticam bullying com outras pessoas da mesma instituição, por causa dessa visão denunciada por Milton Santos, tornando a escola local de disputa e ataque contra a vida e direitos de dignidade dos alunos. Desse modo, mostra-se urgente a importância de solucionar esse problema.

Portanto, em virtude dos fatos mencionados, denota-se a necessidade de tomar medidas para combater a cultura da violência nas escolas do Brasil. Assim, compete à escola principal órgão de ensino – ensinar alunos, famílias e funcionários como reagir diante da questão por meio de campanhas e palestras sobre a conscientização da violência para o público alvo, a fim de sanar a problemática. Por meio dessas ações, espera-se reverter o cenário hostil nas instituições de educação, como retratado na obra “Extraordinário”.

## Comentário do Professor

Recorrendo ao comovente "O Extraordinário", de RJ Palácio, Ana Clara discute a violência escolar com um recorte diferenciado: ações violentas contra o patrimônio da escola e entre alunos. Emprega, também, os conceitos de instituições "zumbis", de Bauman, e "forças de alienação", de Milton Santos. Como proposta de intervenção, propõe uma ação educacional que envolva toda a comunidade escolar. Arranjo simples e eficiente.



## Quinto Lugar - Nível III

Aluna: **Valentina Castro Boldt Pagiola**

Unidade: Vila Velha

Série e Turma: **1ª série K**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos declara essencial o direito à segurança e à dignidade pessoal. Todavia, percebe-se que a realidade desvia-se da obra iluminista, na medida que atos violentos se fazem presentes em ambientes diversos, como nas escolas. Assim é fulcral a efetivação de medidas para o combate à cultura da violência nos centros de ensino, destacando possíveis fatores para a continuidade do problema: a percepção do conceito de abuso e a apatia social.

Primeiramente observa-se que a falsa, ideia de fereza é um impasse para a resolução da hostilidade nos espaços educacionais. Nessa óptica Bourdieu sociólogo francês – conceitua a “violência simbólica” – forma não legitimada de agressão, que fere a moral e a individualidade da vítima. Desse modo, a “violência simbólica” é freqüente na sociedade, manifestada através de “bullying”, exclusão, xingamentos e calúnias, direcionados, principalmente, às camadas populacionais desvalorizadas e às minorias. Com isso, as parcelas afetadas se encontram incapazes de saírem do problema, uma vez que não o reconhecem legislativamente.

Outrossim, a apatia da população contribuiu para a perpetuação do problemática. Diante desse cenário, Hannah Arendt, teórica política, desenvolveu o termo “banalização do mal” ressaltando que calamidades ocorrem pela ausência de reflexão por trás delas. Dessa forma, compreende – se que a freqüente repetição das ações resulta na faixa de perspectiva de mudanças e na “aceitação” da situação pelas vítimas, ocorrendo a diminuição da gravidade entendida. A respeito pela nação brasileira. Nesse sentido, é urgente a necessidade de combatermos esse quadro.

Portanto, é preciso reunir forças para reverter esse contexto logo, o governo Federal, juntamente à Secretaria de Educação – responsável por solucionar e tratar de assuntos relativos ao ensino e ao ambiente escolar devem interromper a tradição da agressão nas escolas, por meio de visitas domiciliares educativas, com o intuito de conscientizar as pessoas e alertá-las sobre as maneiras de violência e seus próprios direitos. Com tais ações, a DUDH, anteriormente citada, poderá ser caracterizada.

## Comentário do Professor

O texto de Valentina, de estrutura bem organizada, faz uso de repertórios clássicos: Declaração Universal dos Direitos Humanos, violência simbólica, de Bourdieu, e banalidade do mal, de Hannah Arendt. Discute a problemática da violência escolar de forma clara e objetiva, propondo como resolução uma ação conjunta entre Governo Federal e Secretaria de Educação.



## Primeiro Lugar - Nível IV

Aluna: **Luiza Izaita Pinto Sava**

Unidade: **Vitória**

Série e Turma: **2ª série A**

A música “No morro da Casa Verde”, do compositor paulista Adoniram Barbosa, reflete a discriminação do samba e da arte afro-brasileira em meados de 1970. Na obra, o eu lírico afirma que a melodia irrita os moradores e pede que os artistas guardem os instrumentos: “Valdir, vá buscar o tambor. Laércio, traz o agogô. Que o samba na Casa Verde enfezou. Silêncio!”. Fora do âmbito artístico, vê-se que a desvalorização da cultura popular persiste no Brasil, seja pelo silenciamento das tradições, seja pelo desrespeito aos símbolos populares. Desse modo, torna-se fulcral analisar as raízes históricas do preconceito e a ineficácia estatal como causadora dessa mazela.

Nessa perspectiva, destaca-se a herança histórica da intolerância como impulsionadora da depreciação da arte do povo. Nessa toada, observa-se o conceito de “epistemicídio brasileiro”, da socióloga Sueli Carneiro, a qual enuncia que há uma negação dos saberes e das crenças de grupos subalternizados, a qual é reforçada por setores midiáticos. Nesse contexto, a despeito da complexidade de tradições e expressões artísticas no território nacional, o país assume contornos monoculturais, posto que inferioriza as expressões culturais afro-brasileiras, como o axé e o samba, por destoarem do modelo europeu – como é explicitado no início do século XX, período em que o samba era considerado um crime no Brasil, por ser visto como sinônimo de “vadiagem” e pela origem na cultura negra. Assim, nota-se que a manutenção da visão eurocêntrica na sociedade contribui para a continuação da minimização dos costumes populares.

Outrossim, evidencia-se que a escassez de medidas governamentais acentua o descaso com a cultura popular. Nesse sentido, verifica-se, no artigo 215 da Constituição de 1988, que cabe ao Estado proteger as manifestações artísticas indígenas, afrodescendentes e populares. Apesar da premissa legislativa, o governo falha ao promover poucas políticas que fomentem o enaltecimento da arte do povo e por não punir os indivíduos que desrespeitam as etnias e as tradições nacionais, o que propicia a permanência da intolerância na população – como ocorreu com a cantora Ludimilla em 20156, que foi chamada de “crioula nojenta” nas redes sociais e foi ridicularizada devido ao estilo musical que canta, o funk. Esse panorama, segundo as ideias do filósofo contratualista John Locke, configura-se como uma violação do “contrato social” – relação entre seres humanos e administrações públicas – posto que o governo não cumpre sua função de assegurar a isonomia, o respeito e a valorização das diversas culturas presentes na nação, situação que carece de intervenção.

Portanto, constata-se que providências precisam ser adotadas para garantir a apreciação da arte popular. Logo, é essencial o Ministério da Cultura – órgão responsável pela execução dos projetos de cultura e das artes – promova, por meio de verbas governamentais, projetos extracurriculares para crianças e adolescentes sobre o folclore, as danças e as festas populares, com o intuito de expandir o conhecimento e o respeito à arte do povo no corpo social. Ademais, é fundamental que o Ministério das Comunicações, a partir das mídias sociais – como Instagram e Facebook -, realizem propagandas incentivando a valorização dos gêneros musicais nacionais, como o funk e o sertanejo, de modo a eliminar a intolerância entre os cidadãos. Com essas medidas, será possível evitar a depreciação das expressões artísticas do povo e impedir que o quadro de segregação e discriminação na música “No morro da Casa Verde” se repita na nação brasileira.

## Comentário do Professor

O texto de Luiza, mais uma vez, encanta pela maturidade e excelente uso de repertório sociocultural. Os desafios para a valorização da cultura popular são discutidos com base em Adorian Barbosa, Sueli Carneiro e Constituição de 1988, ou seja, a aluna foge de referências senso comum e propõe como medida resolutiva o desenvolvimento de projetos que aproximem a população do folclore, danças e manifestações populares. Redação madura, escrita por quem, de fato, possui competência leitora e de escrita.



## Segundo Lugar - Nível IV

Aluna: **Manuela Borgo Martinelli**

Unidade: **Vitória**

Série e Turma: **2ª série K**

O modernismo – corrente literária brasileira do século XX – buscava representar a identidade nacional através de suas obras, opondo-se ao tradicionalismo e ao eurocentrismo da época. Analogamente, nota-se que, no Brasil hodierno, inúmeros aspectos da cultura popular anseiam possuir uma maior valorização, já que esses são, muitas vezes desprestigiados. Assim, torna-se fulcral apontar a elitização e a insuficiência de políticas estatais como óbices ao combate do problema.

Diante desse cenário, é notável destacar que o almejo das classes superiores por elitizar determinadas expressões de arte, segregando-as das formas populares estigmatizadas, intensifica o tema sob esse viés, a realidade pode ser sintetizada pelo sociólogo Gilberto Freire, o qual afirma que os costumes brasileiros são formados pela integração de diversas práticas advindas de etnias distintas. Nessa perspectiva, entende-se que os preconceitos atrelados à desigualdade populacional acarretam no desprezo de praxes de origem desafortunada, como a capoeira e o samba, sendo as artes clássicas e estrangeiras as mais apreciadas e nutridas pelas elites. Desse modo, medidas intervencionistas são essenciais para amenizar a problemática.

Outrossim, cabe ressaltar a carência de atividade governamental como agravante da desvalorização das mostras populares. Sob tal ótica, é lícito referenciar o pensamento do filósofo Aristóteles, ao afirmar que é dever do governo assegurar o interesse de todos, buscando o bem comum, isto é, deve garantir o bem-estar geral. Entretanto, percebe-se que, no quesito em análise, a ausência de interferência do Estado quebra esse paradigma, haja vista que tal instituição não contribui efetivamente no incentivo da sociedade para o reconhecimento de artistas e produções nacionais, o que fica claro, pois, geralmente, cerca de somente 1% do orçamento estatal é destinado à cultura. Com isso, a situação apresentada carece de mudança.

Face ao exposto, evidencia-se a necessidade de remodelagem desse quadro. Torna-se imperioso, portanto, que é inescusável a intervenção do Ministério da Cultura – órgão responsável por gerir as políticas de arte no país – com o projeto de investir mais nos setores artísticos e promover campanhas de incentivo à valorização das tradições populares. Além disso, essa ação deve ser realizada por meio da atuação direta das Secretarias Municipais e Estaduais de Cultura, a fim de conscientizar a população acerca da importância de conservar e enaltecer tais manifestações artístico-culturais locais. Dessa forma, beneficiaria-se a conjuntura da nação, bem como aduziria-se características modernistas para a atualidade.

## Comentário do Professor

Com excelentes escolhas de repertório, Modernismo, Gilberto Freire e Aristóteles, Manuela discute os desafios para a valorização da cultura popular pautada na histórica problemática da elitização e da insuficiência de políticas estatais que garantam o desenvolvimento dessas manifestações. O texto encanta pela ampla diversidade de recursos coesivos e ausência de desvios gramaticais. Sua proposta de intervenção propõe uma ação conjunta entre Ministério da Educação e secretarias estaduais de cultura. Redação clara, objetiva e organizada.



## Terceiro Lugar - Nível IV

Aluna: **Letícia Campiteli Costa de Souza**

Unidade: **Vila Velha**

Série e Turma: **2ª série L**

No ano de 1922, em São Paulo, aconteceu a Semana de Arte Moderna, a qual reuniu diversos artistas com o objetivo de criar uma identidade nacional distante das características da Europa. Entretanto, percebe-se que essa tentativa falhou, uma vez que, atualmente, o Brasil persiste em ignorar a cultura das grandes massas, traço imprescindível na formação do país. Dessa forma, cabe analisar como a elitização cultural e a invisibilização midiática são bases que fundamentam essa conjuntura.

Primeiramente, entende-se que a rejeição às expressões artísticas populares, por parte da elite brasileira, implica em sua desvalorização. Na música “Bluesman”, o cantor “Baco” faz uma crítica à postura do Brasil em apreciar apenas a cultura do povo branco e rio, porém nunca a cultura do povo preto e pobre. Nesse sentido, os movimentos culturais brasileiros possuem fortes influências afrodescendentes, as quais tendem a ser marginalizadas. A exemplo, evidencia-se a Bossa Nova, estilo musical criado pela elite a partir do samba, o qual era invisibilizado e desmotivado porque surgiu entre a população periférica, enquanto a bossa nova foi propagada dentro e fora do país.

Outrossim, os canais de comunicação também exercem um papel importante nesse cenário. Segundo Émile Durkheim, as crenças e valores presentes em uma sociedade atuam de forma coercitiva sobre o indivíduo. Nesse ínterim, a dispersão desses valores é essencial no processo de formação de pessoas. Portanto, os veículos comunicadores podem agir em favor da desvalorização da cultura popular caso não propaguem a arte produzida pelas grandes massas no Brasil, como ocorre no festival de música “Rock in Rio”, em que os canais de televisão brasileiros gratuitos só transmitem atrações grandiosas de artistas internacionais. Sendo assim, uma intervenção faz-se necessária. Para isso, é preciso que o Ministério da Cultura, em parceria com a “grande mídia”, como plataformas digitais, jornais e revistas, incentive e transmita eventos culturais para as camadas populares, os quais podem estar ligados a teatro, música e poesia, a fim de trazer visibilidade e valorização para a cultura brasileira. Com isso, será possível criar uma identidade nacional que represente todos os cidadãos.

## Comentário do Professor

Letícia, de modo claro, organizado e objetivo, discute os desafios para a valorização da cultura popular pautada na elitização cultural e na invisibilização midiática. Como referências, emprega a Semana de Arte Moderna de 1922, a canção "Bluesman", do cantor Baco, e o conceito de força coercitiva, de Durkheim. Texto que prima pela boa organização e uso produtivo de repertórios socioculturais.



## Quarto Lugar - Nível IV

Aluno: **Bruno Sodré Simão**

Unidade: **Vitória**

Série e Turma: **2ª série C**

Segundo o poeta alemão Heinrich Heine, “todo delito que não se converte em escândalo não existe para a sociedade”. Ao considerar essa sentença literária como ponto de partida para lançar argumento sobre os desafios para a valorização da cultura popular no Brasil, vê-se o estado de apatia do corpo social brasileiro frente a uma questão tão séria. Nesse sentido, cabe analisar de que forma a falha educacional agrava esse cenário, bem como esclarecer o por que a negligência estatal é um desafio a ser superado.

Mormente, é preciso reconhecer que em famílias e em escolas não há debate franco acerca dos desafios para valorizar a cultura popular brasileira. Sob tal óptica, a realidade brasileira pode ser sintetizada pelo pensamento de Edgar Morin, o qual afirma que reforma de pensamento significa reforma da educação. À luz desse raciocínio, vê-se o quão marginalizado esse tópico é, uma vez que a elitização cultural no Brasil é um aspecto presente no cotidiano, assim valorizando culturas europeias e discriminando africanas. Isso se deve à raiz histórica do país, no qual as tradições dos colonizadores prevalecem sobre as dos colonizados. Então, fomenta-se a necessidade de uma abordagem mais eficiente nos âmbitos educacionais.

Por outro lado, é preciso reconhecer que embora exista o Ministério da Cultura o Estado brasileiro falha na divulgação e no incentivo à políticas públicas que valorizem as tradições populares, permitindo, assim, que muitos cidadãos não conheçam esses eventos. Nesse prisma, faz-se relevante o pensamento de Zygmunt Bauman, na obra “O Mal-Estar da Pós-Modernidade”, ao afirmar que instituições zumbis são organizações sociais que embora importantes perderam sua forma e capacidade de atuação. Com base nesse viés, é fundamental discutir a ausência de materiais que auxiliem na propagação e difusão de culturas, uma vez que sem o investimento adequado as áreas que funcionariam como ponto turístico não agradarão os visitantes. Por conseguinte, o que se vê é um corpo social ignorante acerca dos fatores e fatos históricos determinantes na formação de seu país, visto que isso diminuiria o número de casos de intolerância religiosa e racismo muitas vezes causadas pela falta de informação.

Diante dos argumentos supracitados, torna-se necessária a tomada de atitude para melhorar o cenário acerca dos desafios para a valorização da cultura popular no Brasil. Inicialmente, compete ao Ministério da Educação, órgão responsável pela regulamentarização e criação de leis no âmbito educacional, implementar visitas didáticas à momentos históricos, por meio de um projeto escolar que busque o aprofundamento nas tradições brasileiras, com o intuito de fortalecer e difundir o impacto das ideias dos povos formadores do país. Em adição, cabe ao Ministério Público a criação de políticas públicas que divulguem todos os movimentos e eventos, a partir de propagandas nas vias públicas e em instituições de ensino. Com essas ações espera-se reverter o quadro em questão, de modo que a falha educacional e a negligência do Estado acabem antes de se tornarem um escândalo social.

## Comentário do Professor

A redação de Bruno opta por um projeto de texto coringa, ou seja, com referências flexíveis a Heine, Morin e Bauman. A problemática da valorização da cultura popular é discutida com base na falha educacional e na negligência estatal. Texto com poucos desvios gramaticais, prima pela organização e aponta medidas educativas como resolução.



## Quinto Lugar - Nível IV

Aluna: **Isabela Bárbara Santos**

Unidade: **Vila Velha**

Série e Turma: **2ª série K**

Na música “E você?/Será?”, de Gabriel, o Pensador, o cantor comenta a respeito de não ser melhor ou pior por ouvir estilos nacionais, como axé, funk e pagode, pois somos todos brasileiros. No entanto, a cultura popular enfrenta desafios para ser valorizada, tratá-la como marginal, violenta ou retrato da pobreza são exemplos desse óbice. Sob esse viés, faz-se mister analisar o processo histórico, bem como a lacuna educacional como agentes da problemática, visando combatê-los.

Nesse contexto, é evidente que aspectos do passado são responsáveis pela dificuldade de valorização da cultura não elitista. Nesse sentido, o obstáculo da tradição popular apresenta raízes intrínsecas à história brasileira, a qual, no Período Cabralino, os portugueses obrigaram os povos indígenas a abandonarem seus costumes, ocorrendo, assim, etnocídio. Entretanto, situações de preconceito continuam a ocorrer nos tempos modernos, como em 2017, quando cidadão tentaram criminalizar o funk afirmando que era um “crime de saúde à criança, aos adolescentes e à família”. Dessa maneira, fatores históricos são desafios, uma vez que passam preconceitos – como no Período Cabralino – e ignorância – como em 2017 – para as próximas gerações.

Outrossim, destaca-se o papel da escola no que tange ao conhecimento e respeito às manifestações culturais. Seguindo a lógica do sociólogo Durkheim, o colégio é uma instituição social que tem como função ensinar formas de agir e se comportar para o indivíduo cumprir as normas da sociedade. Consoante ao pensamento de Durkheim, quando as pessoas não respeitam a cultura popular – como ocorre em 2017 – o direito da Carta Magna, norma do Brasil, de livre manifestação do pensamento, está sendo ferida. Logo, percebeu-se uma falha da esfera educacional em cumprir seu dever.

É notória, à vista do exposto, a necessidade de remodelagem desse quadro. Torna-se imperativo, portanto, que o Ministério da Educação, responsável pela formação dos estudantes, promova – por meio de verbas públicas – aulas com foco na cultura nacional. Nessas aulas os alunos deverão aprender a história de alguns costumes – como a dança da capoeira -para, finalmente, valorizar as tradições nacionais.

## Comentário do Professor

Em seu texto claro, direto e objetivo, Isabela recorre a Gabriel o Pensador, às raízes da colonização brasileira e a Émile Durkheim para discutir os desafios para a valorização da cultura popular brasileira. As teses abordam o processo histórico nacional e as lacunas educacionais. Como medida de resolução, propõe que o Ministério da Educação promova, nas escolas, aulas que valorizem tradições nacionais como a capoeira e danças típicas.



## Primeiro Lugar - Nível V

Aluno: **João Paulo Bravo Colonnese**

Unidade: **Vitória**

Série e Turma: **3ª série I1**

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 garante a todos os cidadãos brasileiros o direito à vida, à igualdade, à liberdade, dentre outros. Entretanto, no país hodierno, as proposições desse importante documento não tem sido respeitadas, tendo em vista o persistentemente insuficiente ensino da história e cultura africana, como apontado pelo estudo “Laicidade e Ensino Religioso no Brasil”, que revela que apenas 3% das religiões citadas nos livros didáticos são afro-brasileiras e reafirma o forte racismo institucionalizado na sociedade. A partir disso, torna-se relevante analisar como as deficiências do sistema de ensino vigente nacionalmente e a inércia estatal criam esse quadro desafiador que deve ser desconstruído.

Nesse sentido, destaca-se a atuação das escolas brasileiras no precário desenvolvimento estudantil de determinadas competências relevantes, sejam das acadêmicas ou socioemocionais. Sob essa ótica, de acordo com o sociólogo Edgar Marin, elas são rigidamente conteudistas, ou seja, priorizam o estudo delimitado de áreas específicas do conhecimento para a posterior aplicação de testes padronizados, de modo que temáticas associadas a grupos historicamente marginalizados, como os negros, são negligenciadas e tratadas como irrelevantes. Em tal prisma, o discente, graças a esse arcaico modelo de ensino, não compreende adequadamente a influência sociocultural do povo africano na formação histórica de uma identidade brasileira e tende a perpetuar a lógica racista que ainda rege a dinâmica social e não permite a valorização da história negra no meio escolar. Sendo assim, é fulcral que as escolas do país se reestruturarem metodologicamente, em prol da construção de um corpo social mais consciente, que não ignore a cultura afro-brasileira.

Outrossim, deve-se reconhecer a ineficiência governamental como agente propulsor de revés, descartando mudanças que desmontam a sistematização do racismo no âmbito educacional. Isso se coaduna com a tese do sociólogo Zygmunt Bauman, que denuncia que as instituições sociais modernas, incluindo o Estado, preservaram sua forma, mas perderam a sua capacidade de manutenção do bem estar coletivo, sendo denominadas de “Instituições zumbis”. Nesse contexto, enfatiza-se a falta de políticas públicas eficazes na promoção do ensino na história e da cultura africana, como a reformulação da grade curricular das escolas, delineando maior prioridade da discussão desses temas em sala de aula e buscando incentivar sua maior inclusão nos materiais didáticos. Sendo assim, uma eficiente intervenção governamental deve contrapor o atual cenário de descaso, que institucionalmente estigmatiza a população negra e suas manifestações sociais.

Portanto, é mister que o Estado tome medidas de amenização do estorno. Nesse ínterim, o Ministério da Educação deve, em todas as escolas do país, promover, por meio da organização de rodas de debates entre estudantes, a abordagem da história e cultura africana, pontuando sua correção com o processo histórico do Brasil como nação e sua influência na arte, na dança e na música brasileira, com o fito de estimular nos alunos a valorização da participação negra no amálgama social formador do país. Somente assim, a sociedade, diante de um amplo ensino sociocultural, verdadeiramente conhecerá a sua profunda e importante relação histórica com o povo africano.

## Comentário do Professor

Pautado na objetividade e no excelente uso de repertórios socioculturais, o texto de João Paulo discute os desafios para a valorização da história e da cultura africana com base na ineficiência do ensino vigente e na inércia estatal. Cita a Constituição de 1988, Edgar Morin e Bauman, encantando o leitor com um texto sem desvios gramaticais. Trabalho primoroso.



## Segundo Lugar - Nível V

Aluno: **Gabriel Vieira Caetano Jadijisky**

Unidade: **Vitória**

Série e Turma: **3ª série M1**

A capoeira, movimento artístico original da África, é reconhecido mundialmente, sendo responsável pela quebra de alguns estereótipos atribuídos do continente. Contudo, apesar da avaliação dessas manifestações de arte, encontram-se desafios para o ensino da história e cultura africana no Brasil. Logo, faz-se relevante discutir os alicerces acerca da problemática, com foco na ignorância social do país, a respeito desse quadro, bem como na falha educacional na abordagem de questões da África e seus costumes e tradições.

Nesse contexto, vê-se a imperícia do corpo social no que tange ao ensino da história africana no Brasil. Decerto, a sociedade é marcada, desde os períodos coloniais, por perspectivas eurocêntricas, que determinaram padrões de vida que, por vezes, puseram as culturas desses povos africanos como inferiores e, por isso, há a irrelevância da sociedade a respeito da problemática, ao considerá-las algo “fora da bolha” que seria necessária. Sob esse viés, torna-se pertinente o pensamento do educador Michel Foucault, segundo o qual todas as relações, no corpo social, são marcadas por hierarquizações e pela busca por um padrão. Assim, a ignorância dos cidadãos acerca da cultura da África é oriunda de uma cultura eurocêntrica que a inferioriza, a ponto de ser hierarquizada como algo negativo, o que colabora para a persistência do problema, que deve ser desconstruído.

Outrossim, outro ponto determinante é que os centros de ensino fazem uma abordagem, muitas vezes, parcial e distorcida sobre a história e os costumes do continente africano. Nesse prisma, as instituições educacionais, marcadas por metodologias arcaicas, optam por um viés conteudistas para a formação acadêmica do aluno e, com isso, negligenciam pautas que, embora previstas por lei, são preteridas, como por exemplo, ensinamentos da cultura africana, fator que agrava o problema. Sob essa lógica, ganha relevância a percepção do sociólogo Edgar Morin, segundo o qual deve ocorrer, nas escolas, um movimento transdisciplinar em prol da formação do aluno, a fim de que ele compreenda as demandas sociais. Dessa forma, o viés conteudistas dos centros de ensino prejudica o desenvolvimento cidadão do aluno, no âmbito da história da África e suas tradições, promovendo a manutenção de paradigmas, com estereótipos, relacionados a esses povos, fato esse que precisa de alteração.

Portanto, faz-se necessário que medidas sejam tomadas, visando combater os desafios para o ensino da cultura africana e sua história no Brasil. Para tanto, cabe o Ministério da Educação, órgão responsável pelas diretrizes educacionais do país, a promoção de projetos escolares para uma efetiva inclusão desses ensinamentos, conforme prevê a legislação. Tais ações devem ocorrer por meio de rodas de conversa e atividades transdisciplinares, como por exemplo teatro, a fim de que haja a devida divulgação de perspectivas importantes da história da África, ocorrendo a sensibilização do estudante. Com essas intervenções, espera-se contornar o óbice, de modo que os desafios enfrentados sejam combatidos e que exista, futuramente, a ampliação de movimentos artísticos africanos, como a capoeira, propiciando a alteração desse cenário e a quebra de paradigmas.

## Comentário do Professor

Gabriel emprega amplo uso de recursos coesivos e repertório sociocultural produtivo. O ponto forte do projeto de texto, que conta com citações de Foucault e Edgar Morin, é a profundidade argumentativa, ou seja, uma competência 3 marcada por exemplos, analogias e comparações. Trata-se de uma excelente redação.



## Terceiro Lugar - Nível V

Aluna: **Natália Portinho Miguel**

Unidade: **Vila Velha**

Série e Turma: **3ª série M1**

É inegável que o processo de colonização brasileiro causou diversas transformações sociais: a soberania da cultura europeia, determinado pela dominação metropolitana, ofuscou as demais etnias presentes historicamente na miscigenação brasileira. Esse fato histórico encontra ecos no cenário brasileiro contemporâneo, visto que, apesar do Brasil ser um país com uma diversidade sociocultural significativa, há uma preferência cultural, uma vez que ocorre a determinação da cultura de origem europeia como padrão pelos grupos dominantes. Assim, cabe problematizar de que forma as raízes históricas intensificam o problema e também inquirir como a negligência estatal compõe esse quadro desafiador.

Mormente, é preciso reconhecer a origem histórica da desvalorização da cultura e da história africana no Brasil. Nesse sentido, torna-se relevante o pensamento do filósofo germânico George Hegel, que descreve como todo processo social é, antes de mais nada, um processo histórico. À luz desse raciocínio, pode-se observar como o advento da Lei Áurea, que configurou a liberdade dos africanos escravizados, intensificou o processo de marginalização social, de modo que esses seres foram libertos desamparados, sem moradia, por exemplo, em uma sociedade de imaginário escravista. Portanto, a falta de esforços para a inclusão afro brasileira em sociedade causa a sustentação da desvalorização da cultura africana, que é doutrinada ao longo das gerações, caracterizando o preconceito estrutural, que inviabiliza a abordagem cultural na educação.

Outrossim, tornou-se relevante analisar a falta de iniciativas governamentais como agravante da problemática. Nesse viés, ganha relevância a obra “O cidadão de papel”, de Gilberto Dimenstein, que caracteriza como, apesar do Brasil possuir um sólido aparato legislativo, ele mantém-se restrito ao plano teórico. Decerto, tal importância estatal pode ser exemplificado pela Lei 10.639/03, prevista pela Constituição brasileira, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana nas escolas, uma vez que religiões afro-brasileiros, por exemplo, são abordados em apenas 3% dos livros didáticos, de acordo com dados do Instituto Unibanco. Logo, a falta de afetividade nas medidas legislativa impossibilita a inclusão cultural africana na educação, configurando-a como eurocêntrica, que garante a citação apenas do ponto vista europeu da colonização, por exemplo.

Diante dos argumentos supracitados, medidas devem ser tomadas visando à inclusão do ensino da história e da cultura africana do Brasil. Dessa forma, cabe ao Ministério da Educação, órgão responsável pelas diretrizes educacionais do país, valorizar a abordagem da cultura afro-brasileiro nas escolas, por meio da criação de seminários obrigatórios que explicitem a historiografia africana, com a participação dos professores de história, com o objetivo de educar adequadamente os indivíduos sobre a contribuição histórica dos africanos para a constituição da sociedade brasileira hodierna.

Além disso, as escolas, instituições responsáveis pelo processo de socialização dos cidadãos devem analisar a presença de abordagem cultural múltipla nos materiais didáticos e nas aulas, visando à formação de seres não alienados por visões unilaterais da história. Com essas ações, espera-se reverter o cenário de desconfiguração e de desvalorização da cultura africana, observando desde a colonização brasileira.

## Comentário do Professor

O texto de Natália encanta pela diversidade de repertório empregada, história, filosofia e sociologia, discutindo os desafios para a valorização da história e da cultura africana com base nas raízes históricas coloniais e na negligência do Estado. Outro ponto forte do texto é a diversidade de recursos coesivos e a profundidade da proposta de intervenção. Texto maduro, de quem domina as competências exigidas pelo ENEM.



## Quarto Lugar - Nível V

Aluno: **Vitor Borgo Rodrigues**

Unidade: **Vitória**

Série e Turma: **3ª série V2**

No Brasil da aurora do século XX, foram proibidos eventos que aconteciam nas favelas do Rio de Janeiro – as rodas de samba – última da perseguição de expressões culturais de origem africana – consideradas vadiagem pelas autoridades da época. Apesar de vários avanços na consciência coletiva com o passar das décadas, todavia, ainda está muito presente no contexto brasileiro atual o preconceito com tudo aquilo que possui origens na África, expresso pela lacuna educacional sobre a história e a cultura africanas em todo o país. A partir disso, faz-se de suma importância analisar como a velada e danosa aversão a esses assuntos em sociedade é um problema, bem como entender por que a inação da escola agrava a problemática em questão.

Mormente, torna-se fulcral compreender o impacto das estigmas relacionadas à cultura africana no desenrolar da história brasileira. Nesse prisma, ganha relevância o pensamento do Filósofo Georg Hegel, ao afirmar que todo processo social é resultado de um processo histórico, com base nesse viés, pode-se dizer que a perseguição histórica da cultura de raiz africana – o exemplo do já citado samba e da capoeira – apesar de não ocorrer mais de forma sistemática, permanece viva na mentalidade preconceituosa do corpo social, ao considerá-la pouco importante e rudimentar. Logo, o interesse pelo conhecimento da trajetória e dos costumes do povo da África torna-se um tabu, sustentando esse quadro problemático.

Outrossim, cabe discutir a falta de iniciativa das escolas em geral em relação à abordagem do assunto como agravante. Sob essa óptica, ganha relevância o ideário do sociólogo Edgar Morin, ao proferir que uma reforma de pensamento só ocorre com uma reformulação da educação. À luz dessa ideia, é preocupante notar o maior foco das instituições de ensino em assuntos excessivamente teóricos, enquanto negligenciam a transmissão de saberes cruciais para o respeito e a devida valorização da tradição africana como parte crucial da formação do Brasil e de sua própria cultura. Sendo assim, ao deixar em segundo plano o ensino da história e da cultura da África, fomenta-se a ignorância e os estigmas direcionados a esses povos.

Medidas, portanto, devem ser tomadas com o objetivo de combater a problemática discutida. Para tanto, cabe ao Ministério da Educação – órgão responsável pela elaboração das diretrizes educacionais brasileiras - criar um projeto de valorização da cultura e herança africana, por meio de palestras, rodas de conversa e eventos culturais em ambiente escolar, com o objetivo de retratar o patrimônio cultural desses povos de forma positiva, ao reforçar sua grande influência na formação da identidade do brasileiro, para que sejam formados cidadãos conscientes da importância do respeito e da compreensão da diferença na construção de uma sociedade mais justa. Com essas medidas, busca-se eliminar do pensamento coletivo aquela mentalidade das autoridades que proibiram o samba no Brasil do século passado.

## Comentário do Professor

Diversificado e marcado pela profundidade argumentativa, o texto de Vitor discute os desafios para a valorização da história e da cultura africana com base na ignorância social e na falha das escolas na promoção de um debate sobre a temática. Seus repertórios trazem uma potente alusão histórica à criminalização do funk, bem como cita Hegel e Edgar Morin. Texto que prima pela boa organização e uso produtivo de repertórios socioculturais.



## Quinto Lugar - Nível V

Aluna: **Daniela Souza Pimentel**

Unidade: **Vitória**

Série e Turma: **3ª série V2**

O livro “O ódio que você semeia” retrata o impacto do racismo e da intolerância religiosa nas relações sociais de pessoas negras e a impossibilidade da separação do passado triste do presente quando fala-se dessa minoria. De maneira análoga a essa obra, é indubitável que hodiernamente, no Brasil, a história dos afro-descendentes seja, constantemente, ocultada e menosprezada por uma parcela da população. A partir disso, cumpre analisar que o ensino do passado e das tradições culturais africanas no país representa um cenário desafiador, seja pela raiz histórica, seja pela falha educacional.

Nessas circunstâncias, observam-se os resquícios deixados pela catequização portuguesa no Brasil como o principal agravante do problema. Sob esse viés, torna-se pertinente o pensamento de Georg Hegel, sociólogo germânico, ao afirmar que todo processo social é um processo histórico, ou seja, a problemática da omissão do ensino da cultura africana tem como origem a discriminação e a aculturação dos jesuítas de pessoas negras. Dessa maneira, a perspectiva preconceituosa dos colonizadores enraizou-se na mentalidade brasileira de tal modo que afeta negativamente a minoria até os dias de hoje, uma vez que dados do Instituto Unibanco mostraram que somente 3% das citações religiosas em apostilas didáticas se referem às afro-brasileiras. Assim, fica nítido que a causa da negligência ainda é o preconceito e, por causa dele, o grupo minoritário torna-se alienado sobre sua própria origem e cultura.

Outrossim, nota-se a falta de capacitação do corpo docente acerca do tema como outro entrave da mazela. Nesse sentido, é fundamental reiterar o ideário de Nelson Mandela, ex presidente sul-africano de que a educação é a arma mais poderosa existente para mudar o mundo, isto é, enquanto ela não for usada de maneira adequada a realidade não poderá evoluir. Sendo assim, no momento que os professores conhecem apenas a superfície da história negra, eles tornam-se propensos a cometerem equívocos desrespeitosos e transmitem mentiras por suas ignorâncias como o mito da democracia racial que foi pregado por diversos profissionais os quais diziam que o racismo não existe na atualidade, estando estabelecida uma democracia entre etnias. Por conseguinte, mentiras e estereótipos são reproduzidos pelos alunos e a marginalização à Constituição Federal quando o ensino da história africana é feito de modo distorcido e desrespeitoso.

Medidas são, portanto, necessárias para atenuar esse quadro. Então, é dever do Ministério da Cultura – responsável pela democratização do acesso à história brasileira – promover campanhas educativas acerca do passado da minoria preta e o impacto dele no presente dela, por meio de propagandas televisivas em horários nobres, com o fito de conscientizar os brasileiros e principalmente, os de descendência africana sobre o racismo e a intolerância religiosa. Ademais, é função do Ministério da Educação – responsável pelo papel educacional do país – qualificar o corpo das escolas públicas, por meio de investimento em professores especializados, com o objetivo evitar que mentiras, equívocos e estereótipos sejam mostrados como verdade aos alunos.

## Comentário do Professor

O texto de Daniela, organizado e marcado por bom uso de articuladores argumentativos, discute os desafios para a valorização da história e da cultura africana com base na raiz histórica de caráter racista do período colonial, bem como na pouca abordagem da temática no ambiente escolar. São citados o livro "O ódio que você semeia", Georg Hegel e Nelson Mandela. Texto com poucos desvios gramaticais.

## Proposta de Redação - Nível III

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Caminhos para combater a cultura da violência nas escolas brasileiras**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa e seu ponto de vista.

### TEXTOS MOTIVADORES

#### TEXTO I

Muita coisa aconteceu e acontece para que a situação de violência escolar se formalize. Essa trama de fatores se refere às condições concretas de existência, às políticas de gestão da vida em sociedade e às formas de cuidado (ou ausência delas). A banalização da violência nega essa produção e atua como uma camada de poeira que turva tudo, tão insidiosamente, chegando a se misturar na invisibilidade do próprio ar. A escola é espaço de disputa, nela se vivem as contradições sociais de nosso tempo. Ela é território de mistura e diversidade, nela qualquer criança ou jovem tem o direito a ser estudante: pessoas negras, brancas, amarelas, indígenas, crianças, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência, pessoas binárias, não binárias, lésbicas, trans, gays, pessoas de diferentes classes sociais e vinculadas a diversas religiosidades e crenças. Os ataques contra a escola são contra a vida diversa e o direito comum.

Disponível em: <https://sites.usp.br/>. Acesso em 07/05/2023

#### TEXTO II



**A PAZ NAS ESCOLAS COMEÇA EM CADA UM DE NÓS**

**Mahatma Gandhi** provou para o mundo que é possível lutar por direitos sem o uso de violência. Vamos todos cultivar um ambiente de paz e harmonia na escola.

Conheça mais:

CAMPAÑA  
**SABER AMAR**  
.COM.BR

Saber amar é saber respeitar a cultura da paz.

**CNTE** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
www.cnte.org.br

**GUT**

Disponível em: <https://www.cnte.org.br/>. Acesso em 07/05/2023

## **Proposta de Redação - Nível III**

### **TEXTO III**

A pedagogia tradicional, no contexto educativo, traz aulas expositivas, em que o ensino é centrado na figura do professor. O docente deposita o conteúdo sem abrir espaço para questionamentos e sugestões dos alunos, que por sua vez não tem voz e oportunidade de socializar o que pensam e sentem. Deste modo, quando o professor é autoritário e não transmite um processo educativo de reflexão e participação ativa dos alunos, tende a criar sentimentos de ódio pelo professor e falta de interesse pelas aulas, abrindo espaço para conflitos, ocasionando a violência contra o professor e contra o patrimônio da escola.

Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/>. Acesso em 07/05/2023

### **TEXTO IV**

O crescimento recente de ataques a tiros em escolas brasileiras tem levantado o debate sobre o país estar reproduzindo um cenário já visto nos Estados Unidos, de massacres em colégios. Segundo especialistas, o maior acesso a armas por civis, o compartilhamento de informações nas redes sociais - muitas vezes em fóruns secretos - e questões ligadas à saúde mental estão por trás do aumento de ocorrências, o que demanda soluções integradas. Os casos armados em escolas deixaram, no total, 15 vítimas nos últimos quatro anos no País. Ao menos cinco ataques a tiros ocorreram em escolas brasileiras desde 2019, segundo levantamento do Instituto Sou da Paz. O número de atentados é o mesmo do que foi registrado nos oito anos anteriores - entre 2011 e 2019.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/>. Acesso em 07/05/2023

## Proposta de Redação - Nível IV

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Desafios para valorização da cultura popular no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

### TEXTOS MOTIVADORES

#### TEXTO I

A cultura popular representa um conjunto de saberes determinados pela interação dos indivíduos. Ela reúne elementos e tradições culturais que estão associados à linguagem popular e oral. Assim, a cultura popular inclui o folclore, o artesanato, as músicas, as danças, as festas, dentre outros. Vale observar que o termo cultura é muito amplo e reúne comportamentos, símbolos e práticas sociais. Trata-se, portanto, de um conjunto de fatores que compõem uma sociedade, como por exemplo, saberes, crenças, costumes e tradições de determinado povo. Destacam-se literatura, música, teatro, dança, culinária, religião, etc. A cultura popular brasileira reúne um conjunto de lendas, mitos e tradições do país, que estão calcados na história e na miscigenação de culturas, das quais se destacam a portuguesa, a africana e a indígena.

Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/cultura-popular/>. Acesso em 26/03/2023

#### TEXTO II

IDEIAS PARA NORMALIZAR EM 2023

## Elitismo cultural é cafona demais.

**Você não é melhor do que ninguém porque:**

- Ouve jazz/rock/blues/música clássica;
- Não vê reality shows, novelas ou comédias românticas;
- Não usa Kindle e só lê livros físicos (de não-ficção, claro);
- Detesta axé, funk, pagode.

@clarafagundes

## Proposta de Redação - Nível IV

### TEXTO III

Traços de oralidade misturados a termos da linguagem culta. Incorreções ortográficas, sintáticas ou de pontuação. Selo editorial desconhecido. Textos com pelo menos uma dessas características provavelmente não seriam escolhidos por você para trabalhar literatura com os alunos, certo? E se os autores de produções com alguns ou todos esses pontos, embora desconhecidos, fossem referendados por especialistas como donos de um estilo literário próprio e relevante? A literatura marginal tem como característica a pluralidade, inclusive ao que se refere à gama de definições (leia na ilustração desta reportagem algumas delas). Ela não deve ser, por exemplo, tachada simplesmente de violenta ou de retrato da pobreza e da marginalidade, como costuma ocorrer. Esses temas fazem parte de seu repertório, mas não são os únicos.

Disponível em: <https://novaescola.org.br/>. Acesso em 26/03/2023

### TEXTO IV

O artigo 402 do Código Penal de 1890 previa como contravenção a prática da capoeira, sendo considerada circunstância agravante pertencer à banda ou malta, e pena em dobro aos “chefes ou cabeças”. A pena aos “capoeiras” deveria ser cumprida em colônias correccionais. Um século depois, a cultura popular ainda sofre interferências do sistema penal, mas agora em relação ao funk, com suas letras de proibições controversos e bailes lotados nas comunidades. O incômodo é tanto que em 2017 o Senado Federal recebeu uma proposta para sua criminalização, assinada por mais de 21.000 cidadãos. O funk, segundo eles, seria um “crime de saúde pública à criança, aos adolescentes e à família”. Não havia uma descrição detalhada do que deveria ser criminalizado e a proposta sequer chegou a se tornar projeto de lei, sendo nítida a inconstitucionalidade por ferir o direito fundamental à livre manifestação do pensamento.

Disponível em: <https://esportes.yahoo.com/>. Acesso em 26/03/2023

## Proposta de Redação - Nível V

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Desafios para o ensino da história e cultura africana no Brasil**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

### TEXTOS MOTIVADORES

#### TEXTO I

A palavra “minoria” não se refere a um número menor de pessoas, à sua quantidade, mas sim a uma situação de desvantagem social. Ou seja, apesar de muitas vezes coincidir de um grupo minoritário ser realmente a menor parte da população, não é o fator numérico o essencial para que uma população possa ser considerada uma minoria. São as relações de dominação entre os diferentes subgrupos na sociedade e o que os grupos dominantes determinam como padrão que delineiam o que se entende por minoria em cada lugar. Comportamentos discriminatórios e preconceituosos também costumam afetar os grupos minoritários. É importante frisar que não há consenso absoluto quanto ao conceito de minorias. Neste conteúdo, abordaremos o conceito de minorias mais amplo, conforme a definição abaixo, do sociólogo Mendes Chaves: “[A palavra minoria se refere a] um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo, “maioritário”, ambos integrando uma sociedade mais ampla. As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria.”

Disponível em <https://www.politize.com.br/>. Acesso em 12/06/2023

#### TEXTO II



Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/>. Acesso em 12/06/2023

## Proposta de Redação - Nível V

### TEXTO III

Se há quase uma década o ensino da história e da cultura afro-brasileira ocupa um espaço a ser respeitado no currículo das escolas, isso se deve à luta do movimento negro que vem defendendo a inclusão de temas caros ao reconhecimento da população negra como um dos pilares fundamentais para a formação do Brasil. Impulsionado pela Lei 10.639, que, a partir de 2003, não só tornou obrigatória a presença desse conteúdo em todas as instituições de ensino, como fixou a permanência da comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar, tal iniciativa, embora represente conquistas e avanços, ainda esbarra em obstáculos após dez anos. Emperram o processo diversos fatores. Dentre os principais, professores e especialistas destacam o mito da democracia racial que ainda reverbera em muitos discursos; o preconceito institucionalizado; as lacunas na formação dos educadores e a intolerância religiosa.

Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/>. Acesso em 12/06/2023

### TEXTO IV

O Brasil – o país mais negro fora da África – ainda enfrenta uma série de desafios para acabar com o racismo e promover mais equidade para essa população, que representa mais de 50% do total de brasileiros. Uma iniciativa que veio contribuir para mudar essa realidade completa, em 2018, 15 anos da sua promulgação: trata-se da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório no país o ensino de história e de cultura africana e afro-brasileira nas escolas em sua totalidade. A legislação considerada na época uma grande conquista, principalmente pelos movimentos sociais negros e parceiros que lutavam há bastante tempo pela inserção do tema na educação, ainda enfrenta uma série de barreiras para ser de fato implementada com qualidade. A questão, porém, lembra a especialista, é que desde o início a principal dificuldade para a implementação da lei foi a falta de estudiosos que tivessem um olhar mais apurado e detalhado nessa temática, colaborando em ampliar as discussões e formar os professores no assunto.

Disponível em <https://gife.org.br/>. Acesso em 12/06/2023



darwin

## UNIDADES

### **VITÓRIA - Unidade I - Educação Infantil / Ensino Fundamental**

Av. Fernando Ferrari, 950 - Mata da Praia - CEP: 29066-910  
Tel.: (27) 3212-5070 / 3212-5071 - e-mail: atendimento@darwin.com.br

### **VITÓRIA - Unidade II - Ensino Médio / Pré-Vestibular**

Rua Desembargador Vicente Caetano, 116 - Mata da Praia - CEP: 29065-730  
Tel.: (27) 3212-5000 / 3212-5001 / 3212-5099 - e-mail: atendimento@darwin.com.br

### **VILA VELHA - Ensino Fundamental / Médio / Pré-Vestibular**

Rua Cabo Aylson Simões, 1170 - Centro - CEP: 29100-320  
Tel.: (27) 3061-4400 - e-mail: atendimento.vv@darwin.com.br

### **ARACRUZ - Ensino Fundamental / Médio / Pré-Vestibular**

Av. Coronel Venâncio Flores, 2810 - Vila Nova - CEP: 29194-584  
Tel.: (27) 3256-1573 - e-mail: matricula@darwinaracruz.com.br

### **COLATINA - Ensino Fundamental / Médio / Pré-Vestibular**

Av. Presidente Kennedy, 480 - Maria Ismênia - CEP: 29702-210  
Tel.: (27) 3723-5040 - e-mail: secretariadarwin.col@gmail.com

### **GUARAPARI - Ensino Médio**

Rua Santana do Iapó, 233 - Muquiçaba - CEP: 29215-020  
Tel.: (27) 3361-0979 - e-mail: secretaria.gp@darwingrandevitoria.com.br

### **LINHARES - Ensino Fundamental / Médio / Pré-Vestibular**

Av. Rui Barbosa, 94 - Centro - CEP: 29900-070  
Tel.: (27) 3372-2288 - e-mail: secretaria.darwin@hotmail.com

### **SERRA - Ensino Fundamental / Médio**

Rua Barão do Rio Branco, 120 - Colina de Laranjeiras - CEP: 29167-172  
Tel.: (27) 3064-3800 - e-mail: secretaria.se@darwingrandevitoria.com.br